

Parecer nº 112/97

Data: 1997.11.19

Processo nº 281

Requerente: Departamento do Ensino Superior do Ministério da Educação

1. O Pedido

O Departamento do Ensino Superior do Ministério da Educação (DESUP) solicita o parecer da Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos (CADA) sobre a aplicação do nº 2 do artigo 7º da Lei nº 65/93, de 26 de Agosto (LADA), às listas nominativas dos alunos colocados no ensino superior.

Esclarece que se trata de documentos não reservados e que, nos termos da Portaria nº 317-B/96, de 29 de Julho, as listas devem ser afixadas para conhecimento dos próprios interessados. Assim sendo, qualquer pessoa poderá consultá-las nessa altura.

Há, porém, um órgão da Comunicação Social que pretende, agora, ter acesso às listas de anos passados e o DESUP quer estar seguro quanto à legalidade da satisfação do requerido.

2. Apreciação

2.1. As listas afixadas relativas a estudantes identificados pelo nome são listas nominativas e destinam-se a informar sobre a sua colocação no ensino superior.

Acentuando que se não trata de documentos reservados, a dúvida do DESUP parece surgir pelo facto de ser atribuído às listas o mesmo adjectivo

qualificativo que a LADA atribui a certos documentos, isto é, aos documentos nominativos.

- 2.2. O nº 2 do artigo 7º reserva o direito de acesso aos documentos nominativos à pessoa a quem os dados digam respeito e a terceiros que demonstrem interesse directo e pessoal, acrescentando o nº 1 do 8º que o direito de acesso a dados pessoais é exercido, com as necessárias adaptações, nos termos da lei especial aplicável ao tratamento automatizado de dados pessoais.

É, no entanto, o artigo 4º que define, para efeitos de aplicação da LADA, os documentos cujo acesso contraria a regra geral da amplitude de consulta.

Os documentos nominativos são também detidos pelos órgãos referidos no artigo 3º, mas a alínea *b)* do artigo 4º considera-os, em separado, como suportes de informação que contenham dados pessoais.

É na definição de dados pessoais da alínea *c)* que assenta o conceito de documentos nominativos e a razão de um regime de acesso mais restrito.

São nominativos os documentos que contiverem informações sobre pessoa singular identificada ou identificável, com apreciações, juízos de valor ou que sejam abrangidos pela reserva da intimidade da vida privada.

Qualquer documento afixado, com nomes ou sem eles, permite, só por si, um acesso livre à informação nele contida. Tal acontece com as pautas de resultados de exames escolares, com as listas de aprovação e classificação em concursos públicos, com as listas de antiguidade, de promoção, etc.

Trata-se de suportes de informação respeitantes a pessoas identificadas, com alguma avaliação ou graduação para fins bem determinados, ligados à sua vida pública.

Se disserem respeito à intimidade da sua vida privada será interdita a publicação de quaisquer dados, ao abrigo da reserva constitucional e legalmente consagrada.

Esses direitos estão estritamente ligados à vida íntima do indivíduo e às suas relações pessoais e afastados, portanto, da sua vida pública.

O regime de acesso restrito fixado na LADA para os documentos nominativos impõe que seja fixado com rigor o alcance da sua aplicação.

As listas sobre as quais incide este parecer, não sendo abrangidas pelo conceito de documentos nominativos, não estão sujeitas ao acesso restrito previsto no nº 2 do artigo 7º, mas sim à regra geral de acesso aos documentos administrativos a que se refere o nº 1, de acordo com os princípios preconizados pelo artigo 1º (administração aberta).

As listas de candidatos são, enquanto afixadas, oferecidas à consulta pública, mas, pelo facto de serem recolhidas, não perdem as características de documentos administrativos para efeitos do acesso que a Lei 65/93 regulamenta, visto que são detidas por um órgão da Administração Pública.

O direito de acesso mantém-se em relação aos documentos e processos, mesmo depois de arquivados.

Poderá existir alguma especificidade na sua consulta, decorrente do tempo passado e do lugar onde os documentos forem guardados, prevista na legislação dos arquivos, o que no caso *sub judice* não parece existir sequer.

3. Conclusão

3.1.As listas nominativas de colocação no ensino superior são documentos administrativos de acesso geral a todos os que as pretendam conhecer, sem necessidade de ser justificado o interesse pessoal (cfr. nº 1 do artigo 7º da LADA).

3.2.O direito de acesso é exercido pela forma descrita do artigo 12º e deverá ser solicitado nos termos do artigo 13º, ambos da LADA, isto é, requerido por escrito com referência aos elementos essenciais para identificação do próprio documento e de quem o requer.

Lisboa, 19 de Novembro de 1997.

Branca do Amaral (Relatora) - Silva Marques - Narana Coissoró - João Figueiredo - Francisco de Brito – José Renato Gonçalves - Gameiro dos Santos - João Labescat - Castro Martins (Presidente).